



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária
Especialidade Execução de Mandados

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'I09', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Pensando os blogs

Há não muito tempo, falava-se em imprensa **escrita**, **falada** e **televisada** quando se desejava abarcar todas as possibilidades da comunicação jornalística. Os jornais e as revistas, o rádio e a televisão constituíam o pleno espaço público das informações. Tinham em comum o que se pode chamar de "autoria institucional": dizia-se, por exemplo, que tal notícia "deu no Diário Popular", ou "foi ouvida na rádio Cacique", ou "passou no telejornal da TV Excelsior". Funcionava como prova de veracidade do fato.

Hoje a autoria institucional enfrenta séria concorrência dos autores anônimos, ou semi-anônimos, que se valem dos recursos da internet, entre eles os incontáveis **blogs**. Considerados uma espécie de cadernos pessoais abertos, os **blogs** possibilitam intervenção imediata do público e exploram em seu espaço virtual as mais distintas formas de linguagem: textos, desenhos, gravuras, fotos, músicas, vídeos, ilustrações, reportagens, entrevistas, arquivos importados etc. etc. A novidade maior dos **blogs** está nessa imediata conexão que podem realizar entre o que seria essencialmente privado e o que seria essencialmente público. Até mesmo alguns velhos jornalistas mantêm com regularidade esses espaços abertos da internet, sem prejuízo para suas colunas nos jornais tradicionais. A diferença é que, em seus **blogs**, eles se permitem depoimentos subjetivos e apreciações pessoais que não teriam lugar numa **Folha de S. Paulo** ou num **O Globo**, por exemplo. São capazes de narrar a cerimônia de posse do presidente da República incluindo os apartes e as impressões dos filhos pequenos que também acompanhavam e comentavam o evento.

Qualquer cidadão pode resolver sair da casca e dizer ao mundo o que pensa da seleção brasileira, ou da mulher que o abandonou, ou da falta de oportunidades no seu ramo de negócio. Artistas plásticos trocam figurinhas em seus **blogs** diante de um largo público de espectadores, escritores adiantam um capítulo do próximo romance, um músico resolve divulgar sua

nova canção já acompanhada de cifras para acompanhamento no violão. É só abrir um espaço na internet.

Outro dia, num **blog** de algum sucesso, o autor gabava-se de promover democraticamente, entre os incontáveis seguidores seus, uma discussão sobre as mesmas questões que preocupavam a roda fechada e cerimoniosa dos filósofos companheiros de Platão. Isso sim, argumentava ele, é que é um **diálogo** verdadeiro. Tal atrevimento supõe que quantidade implicaria qualidade, e que democracia é uma soma infinita das impressões e opiniões de todo mundo...

Não importa a extensão das descobertas tecnológicas, sempre será imprescindível a atuação do nosso espírito crítico diante de cada fato novo que se imponha à nossa atenção.

(Belarmino Braga, *inédito*)

1. Considerando-se o contexto, deve-se entender por "autoria institucional" uma atribuição que se aplica a
 - (A) grupos de pessoas que participam regularmente de um mesmo *blog*.
 - (B) informações publicadas em conhecidos órgãos da imprensa.
 - (C) linguagens jornalísticas criadas para concorrer com as dos *blogs*.
 - (D) matérias publicadas em série sucessiva num mesmo órgão da imprensa.
 - (E) reportagens assinadas por jornalistas devidamente credenciados.
2. De acordo com texto, os *blogs* têm como característica
 - I. a abertura para participação autoral de leitores interessados em se manifestar num espaço virtual já constituído;
 - II. a reversão de matérias que seriam, a princípio, de interesse público em matérias de interesse exclusivamente privado;
 - III. a exploração de diferentes gêneros literários e linguagens outras que não a verbal, além da plena liberdade na eleição dos temas a serem tratados.

Em relação ao texto, é correto depreender o que se afirma em

 - (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, apenas.



3. Ao final do texto, o autor **desaprova**, precisamente, o fácil entusiasmo de quem considera os *blogs*
- (A) irrefutáveis evidências das vantagens tecnológicas de que muitos podem usufruir.
- (B) exemplos incontestes da superioridade da inteligência artificial em relação à humana.
- (C) válidos desafios, que podem e devem estimular a nossa reação e análise críticas.
- (D) diálogos espontâneos e, por isso, verdadeiros, em consonância com a tradição dos diálogos platônicos.
- (E) espaços generosos que multiplicam debates de nível superior aos diálogos dos pensadores clássicos.
-
4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *abarcar todas as possibilidades* (1º parágrafo) = incrementar todas as hipóteses.
- (B) *prova de veracidade do fato* (1º parágrafo) = aprovação da verossimilhança da ocorrência.
- (C) *possibilitam intervenção imediata do público* (2º parágrafo) = consignam o imediatismo do público participante.
- (D) *a roda fechada e cerimoniosa dos filósofos* (4º parágrafo) = o círculo restrito e solene dos pensadores.
- (E) *atuação do nosso espírito crítico* (5º parágrafo) = apropriação de nossa sensibilidade intuitiva.
-
5. A expressão *cadernos pessoais abertos* (2º parágrafo), no contexto,
- (A) assinala a conexão que os *blogs* promovem entre a esfera do privado e a esfera pública.
- (B) refere-se ao caráter acidental e transitório que marca a vigência dos *blogs* como espaço virtual.
- (C) indica o primarismo um tanto escolar que costuma caracterizar as linguagens exploradas nos *blogs*.
- (D) enfatiza a contradição que impede os *blogs* de constituírem um espaço de discussão democrática.
- (E) ressalta o improvisado e a superficialidade das confidências que habitualmente se fazem nos *blogs*.
-
6. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:
- (A) No passado, com as qualificações **escrita, falada e televisada** pretendiam-se designar toda a abrangência das formas de comunicação jornalística.
- (B) A multiplicação de tantos autores anônimos de *blogs* acabaram por representar uma séria concorrência para os profissionais da comunicação.
- (C) Em nossos dias, cabem a quaisquer cidadãos tomar a iniciativa de criar um *blog* para neles desenvolverem seus temas e pontos de vista.
- (D) Já não se opõem, num *blog*, a instância do que seja de interesse privado e a instância do que seja de interesse público.
- (E) Permitem-se aos seguidores de um *blog* levantar discordância quanto às linhas de argumentação desenvolvidas por seu autor.
-
7. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Nos *blogs* há uma subjetividade da qual os outros meios de comunicação jornalística se ressentem, uma vez que não é de sua característica contemplá-la.
- (B) O autor do texto exime-se ao diferenciar autoria institucional de outras modalidades autorais, presumindo que a primeira obtém maior crédito.
- (C) Para muitos, os *blogs* são um recurso de comunicação de eficácia nunca antes alcançada, suplantando em extensão e profundidade os diálogos platônicos.
- (D) Ainda que possam ser bem-vindos, os *blogs* não devem constituir uma obsessão tal que remova seus usuários de diligenciarem outras formas de linguagem.
- (E) A democratização do pensamento não pode ficar presa à uma forma de comunicação, visto que são os conteúdos que determinam sua consumação.



8. No contexto do 3º parágrafo, a frase final *É só abrir um espaço na internet* tem como sentido implícito o que enuncia este segmento:

- (A) e assim se comprovará como é possível superar Platão.
- (B) para corporificar essas iniciativas na linguagem de um *blog*.
- (C) e advirão as reações que costuma provocar a autoria institucional.
- (D) para se comprovar a efemeridade das informações de um *blog*.
- (E) para que um *blog* passe a enfrentar severa reação crítica.

9. Está adequado o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:

- (A) Os recursos da internet, dos quais podemos nos valer a qualquer momento, permitem veicular mensagens por cujo conteúdo seremos responsáveis.
- (B) Artistas plásticos, que suas obras lhes interessa divulgar, frequentam os espaços da internet, mediante aos quais promovem a divulgação de seu trabalho.
- (C) Jornalistas veteranos, de cujas colunas tantos leitores já frequentaram, passaram a criar seus próprios *blogs*, pelos quais acrescentam uma dose de subjetivismo.
- (D) É comum que, num *blog*, os assuntos públicos, a cujo interesse social ninguém duvida, coabitem aos assuntos particulares, que a poucos interessará.
- (E) As múltiplas formas de linguagem com que o autor de um *blog* pode lançar mão obrigam-no a se familiarizar com técnicas de que jamais cogitou dominar.

10. Transpondo-se para a voz passiva a frase *Hoje a autoria institucional enfrenta séria concorrência dos autores anônimos*, obter-se-á a seguinte forma verbal:

- (A) são enfrentados.
- (B) tem enfrentado.
- (C) tem sido enfrentada.
- (D) têm sido enfrentados.
- (E) é enfrentada.

Atenção: As questões de números 11 a 17 referem-se ao texto seguinte.

Leis religiosas e leis civis

As leis religiosas têm mais sublimidade; as leis civis dispõem de mais extensão.

As leis de perfeição, extraídas da religião, têm por objeto mais a bondade do homem que as segue do que a da sociedade na qual são observadas; ao contrário, as leis civis versam mais sobre a bondade moral dos homens em geral do que sobre a dos indivíduos.

Deste modo, por respeitáveis que sejam os ideais que nascem imediatamente da religião, não devem sempre servir de princípio às leis civis, porque é outro o princípio destas, que é o bem geral da sociedade.

(Montesquieu, **Do espírito das leis**)

11. Atentando-se para a primeira frase e considerando-se o conjunto do texto, os termos *sublimidade* e *extensão* dizem respeito, respectivamente, ao caráter

- (A) místico dos evangelhos canônicos e materialista dos textos da jurisprudência.
- (B) de espiritualidade das normas religiosas e de abrangência social do direito civil.
- (C) dogmático das convicções de fé e libertário das legislações constitucionais.
- (D) divino dos postulados cristãos e humanista da declaração dos direitos humanos.
- (E) de profundidade das certezas místicas e de superficialidade da ordem jurídica.



12. Atente para as seguintes afirmações:
- I. A bondade do indivíduo e as virtudes coletivas são instâncias que se ligam entre si, de modo inextricável e em recíproca dependência.
 - II. A diferença de princípios permite distinguir entre o que há de respeitável nos ideais religiosos e o que se elege como um bem comum nas leis civis.
 - III. Tanto no âmbito das leis civis quanto no das religiosas, o objetivo último é o mesmo: o aprimoramento moral do indivíduo.
- Em relação ao texto, está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) II, apenas.
-
13. *As leis religiosas têm mais sublimidade; as leis civis dispõem de mais extensão.*
- A respeito da construção da frase acima, é correto afirmar que
- (A) o verbo *dispor* foi empregado no mesmo sentido que assume na frase **A solidão dispõe o homem à melancolia.**
 - (B) da comparação entre leis civis e leis religiosas, expressa pelo termo *mais*, resulta a superioridade incontestada de uma delas.
 - (C) entre os dois segmentos separados pelo ponto e vírgula estabelece-se uma relação de sentido equivalente ao da expressão **ao passo que.**
 - (D) entre os dois segmentos separados por ponto e vírgula estabelece-se uma relação de sentido equivalente ao da expressão **por conseguinte.**
 - (E) o verbo *dispor* foi empregado no mesmo sentido que assume na frase **O sacristão dispôs o altar para a missa.**
-
14. Está plenamente adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) As leis de perfeição teriam por objeto mais a bondade do homem que as seguisse do que a da sociedade na qual fossem observadas.
 - (B) As leis de perfeição tinham por objeto mais a bondade dos homens que as seguir do que a da sociedade na qual serão observadas.
 - (C) As leis de perfeição terão por objeto mais a bondade dos homens que as tivessem seguido do que a da sociedade na qual terão sido observadas.
 - (D) As leis de perfeição teriam por objeto mais a bondade do homem que as siga do que a da sociedade na qual têm sido observadas.
 - (E) As leis de perfeição terão tido por objeto mais a bondade do homem que viesse a segui-las do que a da sociedade na qual fossem observadas.
-
15. O verbo indicado entre parênteses deverá ser flexionado numa forma do **plural** para preencher de modo correto a lacuna da frase:
- (A) Às bondades individuais (**dever**) seguir um benefício que se estenda ao conjunto de uma sociedade.
 - (B) Nem sempre (**haver**) de respeitar as leis da religião quem se curva às leis civis.
 - (C) Não se (**respeitar**) as leis civis por bondade, nem as religiosas por espírito cívico.
 - (D) Não se (**opor**) o princípio da religião ao da ordem civil, embora as instâncias de uma e outra sejam distintas.
 - (E) (**ser**) de se notar, entre as leis civis e as religiosas, a diferença dos princípios que as regem.
-
16. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Se as leis da religião, pretendem levar o indivíduo ao exercício da bondade, o desígnio das leis civis em qualquer sociedade, é contribuir para o bem de todos não importando a religião que cada um professe, ou deixe de professar.
 - (B) Se as leis da religião pretendem levar o indivíduo, ao exercício da bondade, o desígnio das leis civis em qualquer sociedade é contribuir para o bem de todos não importando a religião, que cada um professe ou deixe de professar.
 - (C) Se, as leis da religião pretendem levar o indivíduo, ao exercício da bondade, o desígnio das leis civis em qualquer sociedade é: contribuir para o bem de todos, não importando a religião que cada um professe, ou deixe de professar.
 - (D) Se as leis da religião pretendem levar o indivíduo, ao exercício da bondade, o desígnio das leis civis, em qualquer sociedade, é contribuir para o bem de todos; não importando a religião que, cada um, professe ou deixe de professar.
 - (E) Se as leis da religião pretendem levar o indivíduo ao exercício da bondade, o desígnio das leis civis, em qualquer sociedade, é contribuir para o bem de todos, não importando a religião que cada um professe ou deixe de professar.
-
17. (...) as leis civis versam mais sobre a bondade moral dos homens em geral do que sobre a dos indivíduos.
- Pode-se substituir o segmento sublinhado na frase acima, sem prejuízo para a correção e o sentido, por:
- (A) cuidam melhor da bondade moral e genérica dos homens do que cuidam a
 - (B) dizem respeito mais à bondade moral do conjunto dos homens do que à
 - (C) disputam melhor sobre a bondade moral da sociedade do que a
 - (D) controvertem melhor sobre a bondade moral de todos os homens do que a
 - (E) determinam mais o que seja moralmente a bondade dos homens do que aquela



18. O Brasil poderá sofrer a primeira consequência diplomática por ter decidido não extraditar o terrorista italiano Cesare Battisti daqui a menos de duas semanas.

A frase acima, de uma notícia de jornal, tem como **defeito de construção**

- (A) duplicidade de sentido, por conta da posição de *daqui a menos de duas semanas*.
- (B) duplicidade de sentido, decorrente da falta de vírgulas entre as quais deveria estar o segmento *o terrorista italiano Cesare Battisti*.
- (C) a falta de clareza decorrente da ausência de vírgula em seguida a *diplomática*.
- (D) a incoerência gerada pelas expressões *por ter decidido e não extraditar*.
- (E) a incoerência decorrente do emprego de *primeira consequência* sem esclarecer que outras haveria.

19. Ninguém imaginou que ele nos trairia. Supúnhamos, mesmo, que fosse o mais leal de nossos parceiros.

As frases acima estão reorganizadas numa só frase, sem prejuízo para a correção e o sentido, em:

- (A) Sendo o mais leal de nossos parceiros, como sempre supomos, não é de se imaginar que nos traia.
- (B) Uma vez que fosse o mais leal de nossos parceiros, como imaginar que haveria de nos trair?
- (C) Na suposição de que ele era, mesmo, o mais leal de nossos parceiros, nenhum de nós imaginou que nos trairia.
- (D) Conquanto tenha sido o mais leal de nossos parceiros, sua traição era para nós algo mesmo inimaginável.
- (E) Por havermos suposto que fora o mais leal dos parceiros, não imaginaríamos que mesmo ele possa nos trair.

20. Justifica-se plenamente o emprego de **ambos** os sinais de crase em:

- (A) Ela pode voltar à qualquer momento, fiquemos atentos à sua chegada.
- (B) Dispôs-se à devolver o livro, à condição de o liberarem da multa por atraso.
- (C) Postei-me à entrada do cinema, mas ela faltou também à esse compromisso.
- (D) Àquela altura da velhice já não assistia à filmes trágicos, apenas aos de humor.
- (E) Não confie à priminha os documentos que obtive à revelia do nosso advogado.

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

21. Nicanor deveria efetuar a divisão de um número inteiro e positivo N , de três algarismos, por 63; entretanto, ao copiar N , ele enganou-se, invertendo as posições dos dígitos extremos e mantendo o seu dígito central. Assim, ao efetuar a divisão do número obtido por 63, obteve quociente 14 e resto 24. Nessas condições, se q e r são, respectivamente, o quociente e o resto da divisão de N por 63, então:

- (A) $q + r = 50$.
- (B) $r < 40$.
- (C) $q < 9$.
- (D) r é múltiplo de 4.
- (E) q é um quadrado perfeito.

22. Todos os 72 funcionários de uma Unidade do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso do Sul deverão ser divididos em grupos, a fim de se submeterem a exames médicos de rotina. Sabe-se que:

- o número de funcionários do sexo feminino é igual a 80% do número dos do sexo masculino;
- cada grupo deverá ser composto por pessoas de um mesmo sexo;
- todos os grupos deverão ter o mesmo número de funcionários;
- o total de grupos deve ser o menor possível;
- a equipe médica responsável pelos exames atenderá a um único grupo por dia.

Nessas condições, é correto afirmar que:

- (A) no total, serão formados 10 grupos.
- (B) cada grupo formado será composto de 6 funcionários.
- (C) serão necessários 9 dias para atender a todos os grupos.
- (D) para atender aos grupos de funcionários do sexo feminino serão usados 5 dias.
- (E) para atender aos grupos de funcionários do sexo masculino serão usados 6 dias.

23. Dois funcionários de uma Unidade do Tribunal Regional do Trabalho – Matilde e Julião – foram incumbidos de arquivar X processos. Sabe-se que: trabalhando juntos, eles arquivariam $\frac{3}{5}$ de X em 2 horas; trabalhando sozinha, Matilde seria capaz de arquivar $\frac{1}{4}$ de X em 5 horas. Assim sendo, quantas horas Julião levaria para, sozinho, arquivar todos os X processos?

- (A) 4.
- (B) 5.
- (C) 6.
- (D) 7.
- (E) 8.



24. Suponha que em 2007 as mensalidades de dois planos de saúde tinham valores iguais e que nos três anos subsequentes elas sofreram os reajustes mostrados na tabela seguinte.

	2008	2009	2010
Plano 1	10%	10%	10%
Plano 2	5%	5%	X

Se em 2010, os valores das mensalidades de ambos se tornaram novamente iguais, então X é aproximadamente igual a

- (A) 15 %.
 (B) 18,6 %.
 (C) 20,7 %.
 (D) 27,8 %.
 (E) 30 %.

25. O computador de certo caixa eletrônico foi programado para que fossem emitidas apenas cédulas de 20, 50 ou 100 reais. Ao fazer um saque nesse caixa, Aristóteles recebeu 24 cédulas e, curiosamente, observou que as quantias correspondentes a cada um dos três tipos de cédulas eram iguais. Nessas condições, é correto afirmar que Aristóteles

- (A) recebeu 18 cédulas de 20 reais.
 (B) recebeu 8 cédulas de 50 reais.
 (C) recebeu 5 cédulas de 100 reais.
 (D) fez um saque de R\$ 900,00.
 (E) fez um saque de R\$ 300,00.

26. Dois Analistas Judiciários de uma Unidade do Tribunal Regional do Trabalho – Felício e Marieta – foram incumbidos de analisar 56 processos. Decidiram, então, dividir o total de processos entre si, em partes que eram, ao mesmo tempo, diretamente proporcionais aos seus respectivos tempos de serviço no Tribunal e inversamente proporcionais às suas respectivas idades. Se na ocasião, Felício era funcionário do Tribunal há 20 anos e tinha 48 anos idade, enquanto que Marieta lá trabalhava há 8 anos, então, se coube a Marieta analisar 21 processos, a sua idade

- (A) era inferior a 30 anos.
 (B) estava compreendida entre 30 e 35 anos.
 (C) estava compreendida entre 35 e 40 anos.
 (D) estava compreendida entre 40 e 45 anos.
 (E) era superior a 45 anos.

27. De um curso sobre Legislação Trabalhista, sabe-se que participaram menos de 250 pessoas e que, destas, o número de mulheres estava para o de homens na razão de 3 para 5, respectivamente. Considerando que a quantidade de participantes foi a maior possível, de quantas unidades o número de homens excedia o de mulheres?

- (A) 50.
 (B) 55.
 (C) 57.
 (D) 60.
 (E) 62.

28. Auri tem três bolas de tamanhos diferentes, B_1 , B_2 , e B_3 , e pretende pintar cada uma delas com uma única das cores: preta, branca ou vermelha, não necessariamente nesta ordem. Considere as seguintes afirmações:

- (1) B_1 é vermelha.
 (2) B_2 não é vermelha.
 (3) B_3 é preta.

De quantos modos Auri poderá fazer a pintura das bolas para que apenas uma das afirmações seja verdadeira?

- (A) duas.
 (B) três.
 (C) quatro.
 (D) cinco.
 (E) seis.

29. A tabela abaixo apresenta os múltiplos positivos de 3 dispostos segundo determinado padrão:

1ª Coluna	2ª Coluna	3ª Coluna	4ª Coluna	5ª Coluna
3	6	9	12	15
18	21	24	27	30
33	36	39	42	45
48	51	54	57	60
63	66	69	72	75
.
.

Caso esse padrão seja mantido indefinidamente, com certeza o número 462 pertencerá à

- (A) primeira coluna.
 (B) segunda coluna.
 (C) terceira coluna.
 (D) quarta coluna.
 (E) quinta coluna.

30. Amália, Berenice, Carmela, Doroti e Paulete vivem nas cidades de Amambaí, Bonito, Campo Grande, Dourados e Ponta Porã, onde exercem as profissões de advogada, bailarina, cabeleireira, dentista e professora.

Considere como verdadeiras as seguintes afirmações:

- a letra inicial do nome de cada uma delas, bem como as iniciais de suas respectivas profissão e cidade onde vivem, são duas a duas distintas entre si;
- a bailarina não vive em Campo Grande;
- Berenice não é cabeleireira e nem professora; também não vive em Campo Grande e nem em Dourados;
- Doroti vive em Ponta Porã, não é bailarina e tampouco advogada;
- Amália e Paulete não vivem em Bonito;
- Paulete não é bailarina e nem dentista.

Com base nas informações dadas, é correto concluir que Carmela

- (A) vive em Bonito.
 (B) é advogada.
 (C) vive em Dourados.
 (D) é bailarina.
 (E) vive em Ponta Porã.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. No que diz respeito à Administração Pública,
- (A) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
 - (B) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
 - (C) a administração fazendária e seus servidores fiscais não terão, ainda que dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos.
 - (D) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de fundação, cabendo à lei ordinária, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
 - (E) independe de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias de sociedade de economia mista, assim como a participação delas em empresa privada.

32. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida, mediante controle externo, pelo

- (A) Ministro da Justiça.
- (B) Advogado Geral da União.
- (C) Chefe da Casa Civil.
- (D) Supremo Tribunal Federal.
- (E) Congresso Nacional.

33. No que concerne à responsabilidade do Presidente da República, é INCORRETO afirmar:

- (A) Admitida a acusação, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- (B) Admitida a acusação, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns.
- (C) Nos casos de infrações penais comuns, se, decorrido o prazo de cento e vinte dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
- (D) Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito à prisão.
- (E) Na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

34. O Conselho da Justiça Federal funciona

- (A) junto ao Superior Tribunal de Justiça e lhe cabe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante.
- (B) junto ao Supremo Tribunal Federal e lhe cabe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão superior do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter discricionário.
- (C) em cada Tribunal Regional Federal e lhe cabe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão superior do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter discricionário.
- (D) em cada Tribunal Regional do Trabalho e lhe cabe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante.
- (E) junto ao Tribunal Superior do Trabalho e lhe cabe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão superior do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter discricionário.

Direito Processual do Trabalho

35. De acordo com o artigo 795 da CLT, *as nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argui-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos*. Neste caso, trata-se especificamente do Princípio da

- (A) Estabilidade da Lide.
- (B) Preclusão.
- (C) Eventualidade.
- (D) Concentração.
- (E) Lealdade Processual.

36. João, representante suplente dos empregados, membro de Comissão de Conciliação Prévia, foi suspenso por cinco dias em razão da prática de falta grave passível de demissão por justa causa. Neste caso, seu empregador

- (A) poderá dispensar João após o término da pena de suspensão aplicada, tendo em vista que o membro suplente de Comissão de Conciliação Prévia não possui estabilidade.
- (B) poderá dispensar João imediatamente, tendo em vista que o membro suplente de Comissão de Conciliação Prévia não possui estabilidade.
- (C) deverá ajuizar reclamação escrita ou verbal a fim de instaurar inquérito para apuração de falta grave perante uma das Varas do Trabalho, dentro de quinze dias, contados da data da suspensão de João.
- (D) deverá ajuizar reclamação escrita a fim de instaurar inquérito para apuração de falta grave perante uma das Varas do Trabalho, dentro de trinta dias, contados da data da suspensão de João.
- (E) deverá ajuizar reclamação escrita a fim de instaurar inquérito para apuração de falta grave perante o Tribunal Regional do Trabalho competente, dentro de sessenta dias, contados da data da suspensão de João.



<p>37. Considere as seguintes assertivas a respeito do Mandado de Segurança:</p> <p>I. Não há direito líquido e certo à execução definitiva na pendência de Recurso Extraordinário, ou de Agravo de Instrumento visando a destrancá-lo.</p> <p>II. Ajuizados Embargos de Terceiro para pleitear a desconstituição da penhora, é incabível a interposição de mandado de segurança com a mesma finalidade.</p> <p>III. Constitui direito líquido e certo passível de ser tutelado através de Mandado de Segurança a negativa do juiz em homologar acordo entre as partes litigantes.</p> <p>IV. É incabível a impetração de mandado de segurança contra ato judicial que, de ofício, arbitrou novo valor à causa, acarretando a majoração das custas processuais.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) III e IV.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>	<p>39. Das decisões finais (terminativas ou definitivas) prolatadas em ações rescisórias</p> <p>(A) caberá recurso ordinário ao Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(B) caberá recurso ordinário ao Tribunal Regional do Trabalho competente.</p> <p>(C) não caberá recurso.</p> <p>(D) caberá agravo de instrumento ao Tribunal Regional do Trabalho competente.</p> <p>(E) caberá mandado de segurança ao Tribunal Superior do Trabalho.</p> <hr/> <p>40. Camila, advogada de Ana, pretende ajuizar reclamação trabalhista cujo valor da causa é de R\$ 17.000,00. Neste caso, em regra,</p> <p>(A) Camila deverá arrolar previamente até duas testemunhas na petição inicial, sob pena de preclusão.</p> <p>(B) na data da audiência, Ana deverá trazer até três testemunhas, independentemente de intimação.</p> <p>(C) o pedido deverá ser certo e determinado, indicando o valor de R\$ 17.000,00.</p> <p>(D) Camila poderá requerer a citação por edital se a empresa ré, comprovadamente, possuir endereço incerto.</p> <p>(E) Camila deverá arrolar previamente até três testemunhas na petição inicial, sob pena de preclusão.</p>
<p>38. Em determinada reclamação trabalhista Janaina, advogada da reclamante, anexou à petição inicial cópia simples, extraída da internet, de Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria. Este documento, de acordo com Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho,</p> <p>(A) não possui valor probante, uma vez que as Convenções Coletivas de Trabalho devem ser anexadas aos autos obrigatoriamente por meio de cópias com carimbo do órgão representativo da categoria em questão.</p> <p>(B) não possui valor probante, pois os instrumentos normativos que acompanham a reclamação ou a contestação devem ser obrigatoriamente cópias autenticadas em razão da relevância jurídica.</p> <p>(C) possui valor probante incontestável, tratando-se de documento comum a ambas as partes e de fácil acesso.</p> <p>(D) não possui valor probante, uma vez que foi extraído da internet e não de órgãos oficiais.</p> <p>(E) possui valor probante, desde que não haja impugnação do seu conteúdo, eis que se trata de documento comum a ambas as partes.</p>	<p>41. Considere as seguintes assertivas a respeito dos Embargos de Terceiro:</p> <p>I. Em regra, na execução por carta precatória, os Embargos de Terceiro serão oferecidos no juízo deprecado, que possuirá também a competência para julgá-los.</p> <p>II. O prazo para o embargado oferecer a sua resposta é de dez dias, contados da sua intimação.</p> <p>III. No processo de conhecimento, os embargos de terceiro terão lugar enquanto não transitar em julgado a sentença ou o acórdão.</p> <p>IV. É legitimado ativo para propor embargos de terceiros o cônjuge, na defesa de seus próprios bens reservados ou atinentes à meação.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) II, III e IV.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) III e IV.</p> <p>(E) I e IV.</p>

**Direito do Trabalho**

42. Maria, estudante de direito, está discutindo com o seu colega de classe, Denis, a respeito das Fontes do Direito do Trabalho. Para sanar a discussão, indagaram ao professor da turma sobre as fontes autônomas e heterônomas. O professor respondeu que as Convenções Coletivas de Trabalho, as Sentenças Normativas e os Acordos Coletivos são fontes

- (A) autônomas.
- (B) heterônomas, autônomas e heterônomas, respectivamente.
- (C) autônomas, autônomas e heterônomas, respectivamente.
- (D) autônomas, heterônomas e autônomas, respectivamente.
- (E) heterônomas.

43. O trabalho autônomo

- (A) é vedado para os serviços de consultoria e de contabilidade, por expressa vedação legal.
- (B) se realiza, em regra, necessariamente com subordinação, porém, sem os demais requisitos da relação de emprego previstos na Convenção Coletiva de Trabalho.
- (C) não pode ser pactuado com cláusula rígida de pessoalidade, em razão da autonomia inerente ao próprio contrato.
- (D) se realiza, em regra, necessariamente com pessoalidade, porém, sem os demais requisitos da relação de emprego previstos na Convenção Coletiva de Trabalho.
- (E) pode ser contratado sem infungibilidade quanto ao prestador, mesmo em se tratando de serviço pactuado com pessoa física.

44. Considere as seguintes assertivas a respeito do Grupo Econômico:

- I. O Grupo econômico, para fins trabalhistas, necessita de prova cabal de sua formal institucionalização cartorial, tal como *holdings*, consórcios, *pools* etc.
- II. As associações, entidades beneficentes e sindicatos podem ser considerados como grupo de empresas, se presentes os requisitos legais.
- III. Cada empresa do grupo é autônoma em relação às demais, mas o empregador real é o próprio grupo.
- IV. Nada impede que a admissão do empregado seja feita em nome de uma empresa do grupo e a baixa em nome de outra.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) III e IV.

45. O empregado que, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro, terá o seu contrato de trabalho

- (A) interrompido pelo tempo em que a reunião se realizar, não compreendendo a viagem de ida até o local onde será realizada a reunião e a de volta.
- (B) suspenso pelo tempo que se fizer necessário, compreendendo a viagem de ida até o local onde será realizada a reunião e a de volta.
- (C) interrompido pelo tempo que se fizer necessário, compreendendo a viagem de ida até o local onde será realizada a reunião e a de volta.
- (D) suspenso pelo tempo em que a reunião se realizar, não compreendendo a viagem de ida até o local onde será realizada a reunião e a de volta.
- (E) suspenso pelo prazo máximo de quinze dias, compreendendo a viagem de ida até o local onde será realizada a reunião, e a de volta, desde que não ultrapasse este prazo legal.

46. Junior labora em regime de trabalho em tempo parcial. Durante o período aquisitivo de suas férias, Junior teve mais de sete faltas injustificadas. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, ele

- (A) terá o seu período de férias reduzido pela metade.
- (B) não terá direito ao gozo de férias.
- (C) terá direito ao gozo de suas férias regularmente, sem redução.
- (D) terá o seu período de férias reduzido em 1/3.
- (E) terá redução de três dias do seu período de férias.

47. Segundo a Lei nº 8.036/1990, com relação ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão corrigidos monetariamente com base nos parâmetros fixados

- (A) pela Receita Federal, por meio do IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado), sem a capitalização de juros.
- (B) para atualização dos saldos dos depósitos de poupança, com capitalização de juros de doze por cento ao ano.
- (C) pela Receita Federal, por meio da taxa SELIC.
- (D) para atualização dos saldos dos depósitos de poupança e capitalização de juros de três por cento ao ano.
- (E) para atualização dos saldos dos depósitos de poupança e capitalização de juros de seis por cento ao ano.



48. Davi trabalha na empresa X como analista de sistema, suporte e internet. Além de seu salário mensal, recebe as seguintes utilidades: curso de informática avançada, seguro de vida e previdência privada. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) apenas o curso de informática é considerado salário-utilidade.
- (B) nenhum dos itens mencionados são considerados salários-utilidade.
- (C) apenas o seguro de vida é considerado salário-utilidade.
- (D) apenas o curso de informática e a previdência privada são considerados salários-utilidade.
- (E) apenas o seguro de vida e a previdência privada são considerados salários-utilidade.

Direito Processual Civil

49. Numa ação relativa a direitos disponíveis, o réu, citado com hora certa, não contestou a ação. Nesse caso,
- (A) o autor poderá alterar o pedido, sem promover nova citação do réu.
- (B) o juiz dará curador especial ao réu.
- (C) serão reputados verdadeiros os fatos afirmados na inicial.
- (D) o autor poderá demandar declaração incidente, sem promover nova citação do réu.
- (E) o autor poderá alterar a causa de pedir, sem promover nova citação do réu.
50. A morte do réu foi comunicada ao Tribunal competente, com prova do falecimento, durante o julgamento de recurso de apelação. Em tal situação, o processo
- (A) será julgado extinto quando da publicação do acórdão.
- (B) será imediatamente suspenso.
- (C) será imediatamente extinto.
- (D) só se suspenderá a partir da publicação do acórdão.
- (E) será anulado a partir da citação.

51. Paulo ajuizou ação monitória contra Pedro, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pleiteando o pagamento de soma em dinheiro. Expedido o mandado de pagamento, Pedro o cumpriu no prazo legal. Em consequência, Pedro ficará isento
- (A) do pagamento de custas e honorários advocatícios.
- (B) somente do pagamento das custas.
- (C) somente do pagamento dos honorários advocatícios.
- (D) somente do pagamento da correção monetária do débito.
- (E) do pagamento da correção monetária do débito, das custas e dos honorários advocatícios.

52. Na ação em que o terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta, a intervenção do alienante no processo se fará por meio do instituto denominado
- (A) chamamento ao processo.
- (B) nomeação à autoria.
- (C) oposição.
- (D) assistência.
- (E) denunciação da lide.

Direito Civil

53. João, com 50 anos de idade, viúvo e pai de um filho maior, desapareceu de seu domicílio. Após um ano da arrecadação, foi declarada a ausência, aberta a sucessão provisória e, cumpridas todas as formalidades legais, o sucessor entrou na posse dos bens e os conservou, recebendo os respectivos frutos e rendimentos. Seis anos após o trânsito em julgado da sentença que concedeu a sucessão provisória, João apareceu e regressou ao seu domicílio, tendo ficado provado que a ausência foi voluntária e injustificada. Nesse caso, João
- (A) haverá os bens existentes no estado em que se acharem, mas terá direito a ser ressarcido dos frutos e rendimentos percebidos pelo sucessor.
- (B) não receberá de volta seus bens, por ter se escoado prazo superior a 5 anos do trânsito em julgado da sentença que concedeu a sucessão provisória.
- (C) haverá os bens existentes no estado em que se acharem, perdendo, em favor do sucessor, sua parte nos frutos e rendimentos.
- (D) não receberá de volta seus bens, por ter ficado provado que a ausência foi voluntária e injustificada.
- (E) receberá de volta a metade de seus bens e os respectivos frutos e rendimentos, sendo a outra metade atribuída ao sucessor, a título de prefixação das perdas e danos relativas por este sofridas.
54. A condição
- (A) maliciosamente levada a efeito por aquele a quem aproveita o seu implemento considera-se não verificada.
- (B) resolutiva, enquanto não se realizar, impede a eficácia do negócio jurídico, não podendo ser exercido, desde a conclusão deste, o direito por ele estabelecido.
- (C) que sujeitar o efeito do negócio jurídico ao puro arbítrio de uma das partes, em geral, é válida, em decorrência do princípio da liberdade de contratar.
- (D) cujo implemento for maliciosamente obstado pela parte a quem favorecer não se reputa verificada quanto aos efeitos jurídicos.
- (E) suspensiva impede que o titular do direito eventual pratique atos destinados a conservá-lo.



<p>55. A respeito do enriquecimento sem causa, considere:</p> <p>I. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, pelo valor da data em que ocorreu o enriquecimento.</p> <p>II. Se o enriquecimento tiver por objeto coisa determinada, quem a recebeu é obrigado a restituí-la, e, se a coisa não mais subsistir, a restituição se fará pelo valor do bem da época em que ocorreu o enriquecimento.</p> <p>III. A restituição do indevidamente auferido será devida quando a causa que justificou o enriquecimento deixou de existir.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) II e III. (B) I e II. (C) I e III. (D) III. (E) II.</p>	<p>58. Ao servidor investido em mandato eletivo</p> <p>(A) ou classista poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.</p> <p>(B) de vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, com prejuízo da remuneração do cargo eletivo.</p> <p>(C) de Prefeito será afastado do cargo, não podendo optar pela sua remuneração.</p> <p>(D) de vereador, não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, sendo-lhe obrigatória a remuneração do cargo eletivo.</p> <p>(E) federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo.</p>
<p>56. João, por meio de doação gratuita, transmitiu todos os seus bens a seu filho, tornando-se insolvente. Posteriormente, celebrou contrato com José e não cumpriu, tornando-se devedor deste. Nesse caso, José</p> <p>(A) poderá pleitear a anulação da doação gratuita efetivada por João por fraude contra credores porque, em razão dela, João tornou-se insolvente.</p> <p>(B) não poderá pleitear a anulação da doação por fraude contra credores porque não era credor de João ao tempo em que ela foi feita.</p> <p>(C) só poderá pleitear a anulação da doação gratuita efetivada por João por fraude contra credores se for credor quirografário.</p> <p>(D) só poderá pleitear a anulação da doação efetivada por João por fraude contra credores se este não tiver mencionado esse fato quando da celebração do contrato.</p> <p>(E) só poderá pleitear a anulação da doação efetivada por João por fraude contra credores se o contrato com ele celebrado for escrito e estiver subscrito por duas testemunhas.</p>	<p>59. São características das autarquias e fundações públicas:</p> <p>(A) Processo especial de execução para os pagamentos por elas devidos, em virtude de sentença judicial; Impenhorabilidade dos seus bens.</p> <p>(B) Imunidade tributária relativa aos impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes; Prazos simples em juízo.</p> <p>(C) Presunção de veracidade, imperatividade e executividade dos seus atos; Não sujeição ao controle administrativo.</p> <p>(D) Prazos dilatados em juízo; Penhorabilidade dos seus bens.</p> <p>(E) Processo de execução regido pelas normas aplicáveis aos entes privados; Imunidade tributária relativa aos impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p> <p>57. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, o ato de improbidade administrativa</p> <p>(A) causador de lesão ao erário não pode ser punido na modalidade culposa.</p> <p>(B) que importa enriquecimento ilícito nem sempre acarretará a perda dos bens ou valores acrescidos ao patrimônio do agente público ou terceiro beneficiário.</p> <p>(C) consistente em agir negligentemente na arrecadação de tributos corresponde a ato ímprobo causador de prejuízo ao erário.</p> <p>(D) consistente em negar publicidade aos atos oficiais corresponde a ato ímprobo que importa enriquecimento ilícito.</p> <p>(E) consistente em omissão de prestar contas, quando esteja obrigado a fazê-lo, corresponde a ato ímprobo causador de prejuízo ao erário.</p>	<p>60. No que concerne às concessões de serviço público, é correto afirmar:</p> <p>(A) A concessionária poderá contratar com terceiro o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, sendo tal contrato regido pelo direito público.</p> <p>(B) É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, sendo tal outorga sempre precedida de concorrência, não se exigindo, todavia, autorização expressa do poder concedente.</p> <p>(C) O contrato de concessão não poderá prever o emprego de mecanismos privados de solução de conflitos, como a arbitragem, por se tratar de contrato de direito público, o qual deve ser dirimido somente pelo Judiciário, na hipótese de litígio.</p> <p>(D) A concessão é feita mediante licitação, na modalidade de concorrência, havendo algumas peculiaridades em tal procedimento licitatório, como a possibilidade da inversão das fases de habilitação e julgamento.</p> <p>(E) A transferência da concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará na encampação da concessão do serviço público.</p>

**PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO**

Sua redação deve ter no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, conforme regra editalícia.

Atente para as seguintes afirmações:

1. *A liberdade de imprensa é, indiscutivelmente, um pressuposto para o exercício da democracia.*
2. *Eventualmente, em nome da liberdade de imprensa, o sensacionalismo de certas práticas jornalísticas desrespeita outros direitos e compromete a essência mesma dos princípios democráticos.*

Redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema "A liberdade de imprensa", posicionando-se em relação às afirmativas acima.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	